



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Boletim Informativo
N.º 1/2020**

Plenário | 14.1.2020

Conselho Superior do Ministério Público

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	>> 3
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Organização e Funcionamento do CSMP	>> 3
Gestão de Quadros/Comissões de Serviço/Licenças	>> 4
Processos de Natureza Disciplinar	>> 4
Temas de Ordem Geral	>> 4
Regulamentos	>> 5
Remunerações	>> 5



Presenças

■ Presidente

Senhora Procuradora-Geral da República, ***Dr.ª Lucília Gago.***

■ Vogais

Procuradores-Gerais Regionais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respetivamente, ***Drs. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra, Maria Raquel Ribeiro Desterro de Almeida Ferreira, Maria José Valente de Melo Bandeira e Alcides Manuel Rodrigues;***

Procurador-Geral-Adjunto, ***Dr. Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias;***

Procuradores da República, ***Drs. Carlos José do Nascimento Teixeira e Alexandra Maria da Conceição Chicharo das Neves, Luís Filipe da Palma Martins, Francisco Pereira Pinto Ferreira Guedes, e André Namora de Melo Teixeira;***

Membros eleitos pela Assembleia da República, ***Drs. Manuel Magalhães e Silva, Rui Manuel Portugal da Silva Leal, José Manuel Mesquita, António Manuel Tavares de Almeida Costa e Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves;***

Membros designados por Sua Excelência, a Ministra da Justiça: ***Dr. Augusto Godinho Arala Chaves e Professora Doutora Maria João da Silva Baila Madeira Antunes.***

■ Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, ***Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira.***



■ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO PRÉVIO

O CSMP procedeu à verificação de poderes dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público eleitos pela Assembleia da República (cfr. Resolução da Assembleia da República n.º 1/2020, aprovada em 20 de dezembro de 2019, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, de 3 de janeiro de 2020) – artigo 22.º, alínea *e*), do Estatuto do Ministério Público.

Após, a Senhora PGR informou que seria solicitado ao Conselho Consultivo a emissão de um parecer sobre eventuais incompatibilidades suscitadas relativamente a membros do Conselho Superior do Ministério Público.



ORDEM DO DIA

1. O CSMP aprovou a ata da sessão realizada em 17 de dezembro de 2019.

Organização e Funcionamento do CSMP

2. O CSMP deliberou que o Dr. Luís Martins passará a cumprir funções de Vogal do Conselho Superior do Ministério Público em regime de tempo integral – artigo 31.º, n.º 4, do EMP.
3. O CSMP deliberou a recomposição das secções do Conselho Superior do Ministério Público – artigo 34.º, n.º 3, do EMP, as quais passaram a ter a seguinte composição:
 - a) Secção Permanente: Dr. Alcides Rodrigues, Dr. José Manuel Mesquita, Dr. David Aguilar e Dr. Luís Martins.
 - b) Secção Disciplinar: Dr.ª Raquel Desterro, Dr. Pedro Branquinho, Dr. Alcides Rodrigues, Dr. Arala Chaves, Dr. Carlos Teixeira, Dr. Francisco Guedes, Dr. David Aguilar, Dr. Rui Leal, Dr. António Almeida Costa, Dr.ª Brigitte Gonçalves.
 - c) Secção de Avaliação do Mérito Profissional: Dr.ª Maria José Bandeira, Dr. Pedro Branquinho, Dr. Amadeu Guerra, Dr.ª Maria João Antunes, Dr. Magalhães e Silva, Dr.ª Alexandra Neves, Dr. José Manuel Mesquita, Dr. Luís Martins e Dr. André Namora.



Gestão de Quadros/Comissões de Serviço/Licenças

4. O CSMP deliberou, por unanimidade, nomear para Diretor do Departamento das Tecnologias e Sistemas de Informação do Ministério Público – artigos 53.º, n.º 2, e 166.º do Estatuto do Ministério Público, o Dr. Pedro Verdelho.
5. O CSMP deliberou, por unanimidade, nomear para Diretora do Departamento de Cooperação Judiciária e Relações Internacionais – artigos 54.º, n.º 5, e 167.º do Estatuto do Ministério Público, a Dr.ª Joana Gomes Ferreira.

Processos de Natureza Disciplinar

6. O CSMP deliberou indeferir reclamação da deliberação da Secção Disciplinar de 11 de novembro de 2019, que aplicou a pena de aposentação compulsiva, em processo disciplinar em que é visada procuradora-adjunta.

Relator: Dr. Luís Martins

Não participou na votação a Dr.ª Maria Raquel Desterro e a Dr.ª Maria José Bandeira – art. 33.º, n.º 6, do EMP.

Absteve-se o Dr. Rui Leal.

7. O CSMP deliberou deferir, parcialmente, reclamação da deliberação da Secção Disciplinar de 11 de novembro de 2019, que aplicou a pena de 15 (quinze) dias de multa, em processo disciplinar em que é visada procuradora-adjunta.

Relatora: Dr.ª Alexandra Chícharo das Neves



Não participou na votação o Dr. Alcides Rodrigues – art. 33.º, n.º 6, do EMP.

8. O CSMP deliberou rejeitar a reclamação da deliberação da Secção Disciplinar de 11 de novembro de 2019, que determinou o arquivamento do inquérito disciplinar onde são visadas procuradoras da República colocadas no Departamento Central de Investigação e Ação Penal.

Relatora: Professora Doutora Maria João Antunes

Não participou na votação o Dr. Amadeu Guerra – art. 33.º, n.º 6, do EMP.

Temas de Ordem Geral

9. O CSMP aprovou a definição de critérios para elaboração do plano anual de inspeções para 2020 – artigo 8.º do Regulamento dos Procedimentos de Inspeção do Ministério Público.
10. O CSMP deliberou deferir, por unanimidade, reclamação da deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2019, relativo à Seleção de candidatos ao curso de formação de magistrados do Ministério Público Coordenadores (jurisdição comum e jurisdição administrativa) – Portaria n.º 46/2017, de 31 de janeiro, e artigos 97.º, 102.º e 107.º da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, que aprova a Lei da Organização do Sistema Judiciário.

Relator: Dr.ª Maria José Bandeira



Regulamentos

11. Aprovação do Regulamento interno da Procuradoria-Geral da República.
Adiado
12. Aprovação do Regulamento dos quadros complementares.
Adiado



Remunerações

13. O CSMP deliberou, por unanimidade, não emitir parecer solicitado pela Direção-Geral da Administração da Justiça relativo requerimento apresentado por procurador da República, no qual solicita esclarecimentos relativos ao regime de atribuição de subsídio de compensação à luz do novo Estatuto do Ministério Público, por considerar que não está no âmbito das suas competências.

Relator: Dr. Amadeu Guerra

*

A sessão teve início às 10 horas e terminou às 17 horas